

Narratividade e autoria na pesquisa em comunicação alternativa no Brasil

Narrativity and authorship in alternative communication research in Brazil

FERNANDO FELÍCIO PACHI FILHO^a

Faculdade de Tecnologia Termomecânica. São Bernardo do Campo – SP, Brasil
Universidade Paulista, Instituto de Ciências Sociais e Comunicação. São Paulo – SP, Brasil

JOÃO AUGUSTO MOLIANI^b

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Departamento de Linguagem e Comunicação. Curitiba – PR, Brasil

ROSELI FIGARO^c

Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. São Paulo – SP, Brasil

RESUMO

A trajetória de termos como *imprensa alternativa*, *comunicação alternativa* e *jornalismo alternativo* tem sido objeto de estudos integrantes de uma rede de sentidos formadora de uma narratividade que pode ser retrçada pela análise discursiva. Com base no levantamento de teses e dissertações disponíveis na biblioteca digital do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência Tecnologia, este artigo sintetiza a investigação realizada para compreender como se formam conceitos, sentidos e narrativas na pesquisa acadêmica sobre essa temática. A análise mostra que a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) é um marco para o estabelecimento dessa narrativa; porém, a continuidade desse imaginário é pouco explorada depois do período. Emerge então o interesse por uma comunicação alternativa de escopo mais amplo, relacionada à comunicação popular.

Palavras-chave: Imprensa alternativa, jornalismo alternativo, comunicação alternativa

ABSTRACT

The trajectory of terms such as *press*, *communication* and *alternative journalism* has been the object of studies that integrate a network of meanings that composes a narrative about that can be retraced in discursive analysis. This article summarizes the research carried out to understand how concepts, meanings and narratives are formed in academic research on this subject, based on a survey of theses and dissertations in Ibtct digital library. The analysis shows that the civil-military dictatorship (1964/1985) is a milestone for the establishment of this narrative, but the continuity of this imaginary is little explored after that period. The interest in an alternative communication of broader scope, related to popular communication, emerges.

Keywords: Alternative Press, alternative journalism, alternative communication

^a Professor da Faculdade de Tecnologia Termomecânica e da Universidade Paulista. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1667-4937>. E-mail: ffpachi@yahoo.com.br

^b Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo e professor adjunto no Departamento de Linguagem e Comunicação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8973-119X>. E-mail: guto.moliani@gmail.com

^c Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9710-904X>. E-mail: figaro@uol.com.br

OS CONCEITOS E DEFINIÇÕES de imprensa alternativa, comunicação alternativa e jornalismo alternativo integram uma rede de sentidos que foram se constituindo ao longo da história da pesquisa no campo das ciências da comunicação no Brasil, numa categoria que deve sua formação ao trabalho de autores que delimitaram a pesquisa acadêmica na área. A compreensão de como sentidos se estabilizam, e ao mesmo tempo direcionam a atenção e a análise dos pesquisadores, parece necessária para o avanço dos estudos da comunicação alternativa que ora se desenvolvem no Brasil. Autores como Oliveira (2011, 2012), Otre (2015)¹, Peruzzo (2009, 2013) e Haubrich (2016), entre outros, se dedicam a compreender desdobramentos conceituais e a delimitar campos de abrangência para a pesquisa. Isso porque o termo *alternativo* tem sido utilizado para classificar diferentes formas de comunicação, e sua opacidade conceitual pode ser observada na complexidade de sua proposição, já que o adjetivo *alternativo* pode se referir a formas e meios variados de comunicação. Por isso, reiteramos a necessidade de compreender a historicidade dos sentidos que se formam na pesquisa brasileira na análise de contextos sociais específicos, que demandam revisões conceituais.

Autores como Oliveira (2011) restringem o sentido de *alternativo*, caracterizando-o como oposição à tendência de legitimar e institucionalizar determinadas fontes e vozes no debate público. Desse modo, para o autor, o jornalismo alternativo contemporâneo seria um fator de ampliação das vozes na esfera pública e uma recusa a admitir o consenso proposto. A ênfase de sua caracterização recai no caráter político de oposição à ditadura de informação e opinião do capital. Nesse sentido, ainda segundo Oliveira (2012), o jornalismo alternativo visa reforçar valores que remetem ao interesse coletivo, como igualdade de oportunidades e radicalização da democracia.

Haubrich (2016), por sua vez, entende os conceitos de mídia alternativa, mídia popular e mídia radical como equivalentes, apesar das pequenas oscilações que podem ser identificadas conforme os autores consultados. Santos (2013) afirma que a imprensa alternativa abarca amplo escopo de experiências e veículos de comunicação, desde panfletos, imprensa operária e sindical, jornais de minorias, blogs, entre outros, o que torna complexa a tarefa de construir uma delimitação consensual para o conceito. Por essa razão, o autor afirma que é necessário adotar um conceito fluido, dependente de conjunturas, mas cujo núcleo definidor se baseie em seu caráter contra-hegemônico aliado a um projeto político de transformação, como também defende Oliveira (2012).

Peruzzo (2009) busca esclarecer a terminologia adotada para definir o amplo espectro da comunicação alternativa e propor classificações com base em suas pesquisas sobre a comunicação popular e comunitária no Brasil. Na visão da autora, a

¹ Otre (2015) analisou a subárea da comunicação popular, alternativa e comunitária (CPAC) nas pesquisas discentes stricto sensu no Brasil, de 1972 a 2012.

dificuldade de estabelecer limites entre essas definições deriva do hibridismo em termos de linguagem, formatos e organização da produção, entre outras características da comunicação alternativa, em que processos e práticas são mais relevantes do que o tipo de veículo utilizado. Nessa perspectiva, o elemento definidor é o significado que a comunicação tem para a comunidade (Ibid.: 140). Em termos gerais, Peruzzo (2009: 133) entende a comunicação alternativa como aquela que:

pretende ser uma opção como canal de expressão e de conteúdos infocomunicativos em comparação à grande mídia comercial e à mídia pública de tendência conservadora. Partindo desse pressuposto vem se desenvolvendo ao longo da história uma práxis comunicacional – teoria e prática – diversa e que se modifica em conformidade com o contexto histórico em que se realiza.

No entanto, o sentido do termo *alternativo*, reconhece Peruzzo, não é unívoco, podendo referir-se a canais comunicativos independentes vinculados a movimentos sociais ou a publicações alternativas elaboradas pela pequena burguesia, ou ainda à comunicação popular e comunitária.

Delimitações e posições como essas demonstram o perfil do debate que se instaura no campo disciplinar da comunicação. Observado em seu conjunto, o arcabouço conceitual delimitado até então propõe para a pesquisa uma narrativa e um *discurso sobre* (Mariani, 1998) que podem ser retracados numa análise discursiva. Finatto (2003) explica que o enunciado que define uma noção, processo ou objeto, por expressar relações de significação de determinada área do saber, é um elemento-chave na constituição e na veiculação do conhecimento especializado, tecnológico ou científico. Ademais, as definições, por constituírem textos particularizados, apresentam e identificam facetas de compreensão de fenômenos no seio de uma determinada ciência. Nesse caso, grosso modo, definir equivale a expressar certo saber, uma porção de conhecimento especializado. É o exercício de delimitar e estabilizar um determinado sentido em uma palavra. Um esforço hercúleo, na medida em que uma palavra fora do discurso é naturalmente plástica e ambivalente, e nunca se estabelece por si só. A palavra no discurso serve a ele e, como tal, vive com outras, embreada por outros discursos na corrente dialógica em que o fio da historicidade não pode ser perdido. O conceito teórico padece ainda mais nesse exercício de cristalização, pois, como palavra, está sujeito às identificações com as correntes de pensamento.

O estudo dos conceitos e das definições que circulam nas pesquisas do campo da comunicação nos interessa por oferecer elementos para a formação de um referencial teórico capaz de subsidiar análises sobre o cenário atual do trabalho jornalístico na mídia (online) alternativa. Neste artigo, buscamos

compreender como se formam sentidos, conceitos e narrativas na pesquisa acadêmica sobre comunicação alternativa com base em um levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Para tanto, utilizamos instrumentos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa, na tradição iniciada por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por autores como Orlandi (2002) e Mariani (1998), cujos conceitos de interpretação, autoria e narratividade nos guiaram na análise do material levantado. Desse modo, nos perguntamos: que narratividade se estabelece na pesquisa brasileira acerca do jornalismo alternativo, da comunicação alternativa e da imprensa alternativa?

O MATERIAL ESTUDADO

A busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Ibict não procurou distinguir inicialmente as formas de comunicação alternativa, tampouco as inúmeras categorias estabelecidas conceitualmente. Definiu-se o período de dez anos, que cobre de 2006 a 2016², como base para o levantamento dos materiais. Como nosso objetivo de pesquisa versa sobre o *jornalismo alternativo*, privilegiamos, num primeiro momento, a busca por essa palavra-chave nos títulos, resumos, sumários e introduções dos trabalhos. O resultado inicial demonstrou que muitos trabalhos incluíam o jornalismo alternativo no amplo espectro da comunicação alternativa.

Num segundo momento, decidimos buscar também trabalhos sobre comunicação alternativa e imprensa alternativa para recuperar pesquisas que eventualmente não tivessem sido incluídas na busca inicial. Ao final, foram encontrados 22 trabalhos, entre teses e dissertações, distribuídos em áreas distintas do conhecimento. A seguir, por meio da leitura dos referenciais teóricos dos trabalhos, nos interessava identificar o domínio disciplinar desses estudos e quais conceitos e autores eram mais frequentemente mencionados. Posteriormente, passamos a analisar os trabalhos a partir das categorias *área de conhecimento, autores e conceitos*. Catorze pesquisas se concentraram nos estudos de comunicação e cinco na área de história; as demais se distribuíram igualmente entre áreas como linguística, educação e ciência ambiental (Figura 1).

Assim, constatou-se que o tema se insere prioritariamente nos estudos de comunicação. Este mapeamento nos permitiu observar se havia diferenças nos conceitos e autores tratados conforme o domínio disciplinar. E, apesar das flagrantes diferenças entre as áreas em que os trabalhos se desenvolvem, não há distinções relevantes no uso de conceitos ou autores quando se trata de comunicação, imprensa alternativa ou jornalismo alternativo. Por isso, podemos dizer que tais conceitos, elaborados no campo da comunicação, se expandem

² Esta parte da pesquisa foi realizada ao longo do segundo semestre de 2016, como etapa preparatória para a formação de referencial teórico para o projeto *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*, desenvolvido com apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp), processo nº 201606992-3, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo nº 404196/2016-1.

para as demais áreas, determinando um sentido que direciona a análise, numa demonstração de como um campo discursivo³ (Maingueneau, 1997) se estabiliza e se entrelaça com discursos de outras áreas⁴.

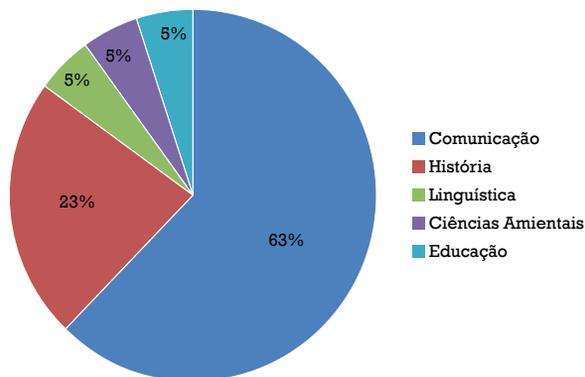


FIGURA 1 – Área do conhecimento

Fonte: Elaboração dos autores

No que se refere ao escopo conceitual, percebe-se o uso de uma multiplicidade de conceitos tomados isoladamente ou associados em cada trabalho. Em muitos casos, eles são usados indistintamente, conforme a abordagem dos autores citados. Para efeitos de nossa pesquisa, optamos por identificar, no conjunto dos 22 trabalhos levantados, os conceitos utilizados e mencionados em cada um deles. O conceito de imprensa alternativa é o que mais aparece nas pesquisas, com dez menções. Comunicação alternativa, mídia alternativa, jornalismo alternativo e comunicação popular receberam cada um três menções. Comunicação comunitária, mídia radical alternativa e imprensa contra-hegemônica tiveram duas menções cada um. Os demais conceitos identificados – e que, em alguns casos, aparecem associados⁵ aos termos mais utilizados – receberam apenas uma menção cada, o que demonstra a pulverização conceitual no tratamento dos objetos relativos a este escopo temático (Figura 2)⁶.

O fato de a imprensa alternativa ser mencionada na maioria dos trabalhos delimita um ponto de partida para o entendimento da comunicação alternativa. De certa forma, é da imprensa alternativa, tal como ela se desenvolveu no contexto brasileiro, que se desdobram os conceitos de comunicação alternativa usados pelos pesquisadores. O tratamento dado aos objetos analisados é atravessado pela história das práticas da imprensa alternativa, sobretudo no período da Ditadura Civil-Militar, entre 1964 e 1985.

A etapa seguinte consistiu em verificar quais autores eram mais citados e utilizados como fonte teórica para dar sustentação às pesquisas no que se refere

³Maingueneau (1997: 116) explica que o campo discursivo “é definível como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região”.

⁴Faz-nos refletir também sobre a impropriedade de afirmar que a comunicação é um domínio dependente de outros para sustentar teoricamente suas análises de objetos empíricos específicos.

⁵Optamos por afirmar que os conceitos podem aparecer associados. Uma análise mais detida é necessária para compreender casos em que eles se complementam, são usados como variações terminológicas ou mesmo estabelecem relações de sinonímia.

⁶Cumpramos explicitar que tais conceitos foram identificados a partir da leitura dos referenciais teóricos dos trabalhos e não foram objeto da busca efetuada para a coleta, que se concentrou nas palavras-chave *jornalismo alternativo*, *imprensa alternativa* e *comunicação alternativa*.

P

Narratividade e autoria na pesquisa em comunicação alternativa no Brasil

⁷ Estes conceitos, além de figurarem entre os mais citados, nos interessam diretamente em nosso projeto de pesquisa.

aos conceitos de comunicação, imprensa e jornalismo alternativo⁷. Percebemos que há uma tendência a utilizar conceitos de autores variados, que podem ser associados na formulação feita em cada trabalho. Para efeitos de nossa investigação, consideramos apenas os mais citados exclusivamente em relação à imprensa, comunicação e jornalismo alternativo. Kucinski foi mencionado em 16 trabalhos; Peruzzo em 8; Grinberg e Festa, em 7; e Downing, em 6 (Figura 3). A partir do trabalho desses autores e dos conceitos abordados por eles, tentamos recuperar a narratividade assumida nas pesquisas sobre imprensa, comunicação e jornalismo alternativo. Antes disso, porém, é necessário considerar os efeitos da autoria no campo científico.

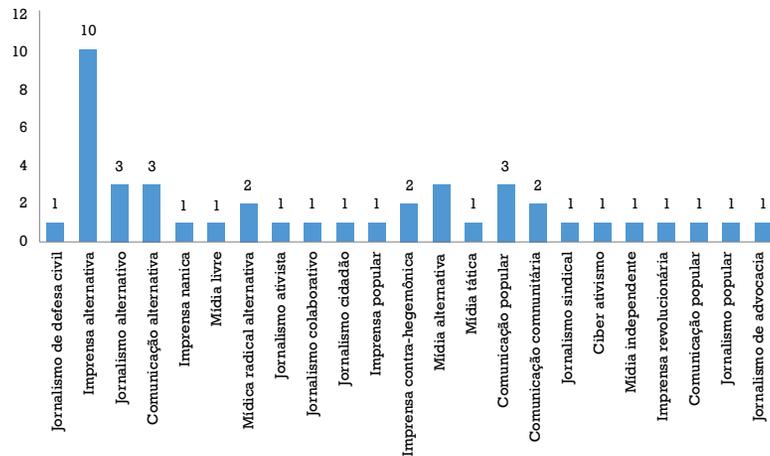


FIGURA 2 – Conceitos utilizados

Fonte: Elaboração dos autores

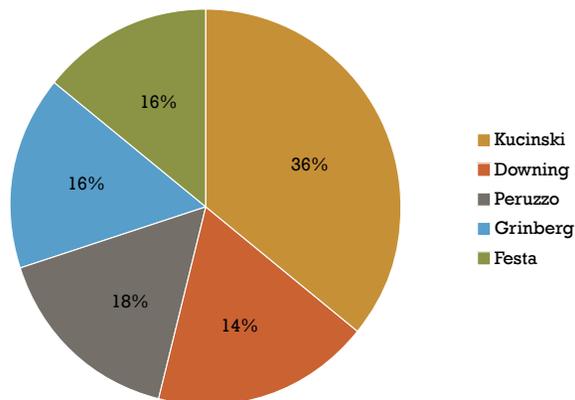


FIGURA 3 – Autores mais citados

Fonte: Elaboração dos autores

INTERPRETAÇÃO E AUTORIA

Aos estudos discursivos, interessam as estratégias definicionais utilizadas pelos enunciadores. A eficácia do ato definidor (Berche, 2004: 146) depende da situação de enunciação e supõe que seu autor seja investido de uma autoridade social ou científica reconhecida por seus interlocutores no campo discursivo. Nessa perspectiva, o saber não é tido como sem autoria, sem que nenhum sujeito o tenha produzido ou nele se autorrepresente. Por essa razão, as proposições feitas pelos autores no campo científico são efeito de interpretações realizadas numa rede de sentidos que se tece ao longo da história.

Foucault (2005) explica que os comentários, as disciplinas e a autoria são princípios de controle da produção dos discursos, que têm função restritiva e coercitiva. *Coercitivo* aqui se lê como restrição de possibilidades de sentidos – restrições exercidas para estabilizar uma tradição de estudos. Assim, o conceito de autor é um princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de significações. O autor, responsável pelo seu dizer, corresponde a uma projeção do “tratamento a que submetemos os textos, as aproximações que operamos, os traços que estabelecemos como pertinentes, as continuidades que admitimos ou as exclusões que efetuamos” (Foucault, 1992: 50). Considerado uma função, o autor se relaciona ao sistema jurídico e institucional determinante para a compreensão do universo dos discursos; como não remete a um indivíduo real, pode ocupar várias posições-sujeito.

Chartier (2012) compartilha com Foucault o princípio de que a função autor não é universal nem atemporal. Maingueneau (2006) alerta para o fato de o autor não ser fonte de enunciação de seus textos, configurando-se como um dos meios de formação de seu significado. Para Maingueneau, o autor não tem autonomia para a gestão de sua obra, sendo necessário considerar sua inserção em instituições e suas regras, bem como os contextos sócio-históricos de produção dos textos.

Ao refletir sobre a autoria, Orlandi (1998) retrabalha o conceito foucaultiano, considerando o autor uma posição discursiva do sujeito, que organiza os sentidos e confere unidade ao texto. Na produção de linguagem, o sujeito se coloca na origem de seu dizer e formula seu enunciado em relação a uma história de enunciações; não há necessariamente a instauração de uma discursividade. O sujeito, ao se constituir como autor, delimita um lugar de interpretação em relação a outros dizeres, tomando uma posição. Como a interpretação ocorre em toda manifestação de linguagem (Ibid.: 9), ela se vincula à formação dos sentidos, que não se fecham e tampouco são evidentes. A interpretação é uma relação necessária, que afeta o modo como o sujeito percebe o mundo natural e social. As expressões, proposições e definições receberão sentido de uma determinada formação discursiva, que representa formações ideológicas.

As formações ideológicas correspondem a posições de classe ou a lutas de sentido travadas nas disputas classistas. Uma formação ideológica comporta diferentes formações discursivas, porque as formas do dizer não estão dadas; elas se posicionam e dizem na corrente do interdiscurso, sempre ancoradas pelas posições ideológicas que permitem os sentidos. Aproximam-se assim a interpretação da ideologia e do político, em que os sentidos são divididos e mutantes. No pensamento de Orlandi, não se pode dissociar o discurso dos aspectos políticos, históricos e ideológicos.

A autora considera ainda que é necessário observar o modo como os gestos de interpretação são regulados institucionalmente. Dessa forma, as instituições dispõem sobre o que se interpreta, como se interpreta, quem interpreta e em quais condições. Pode-se dizer, portanto, que o processo de formação de sentidos, ainda que haja abertura para o equívoco e o novo, é administrado e está sujeito ao jogo de forças institucionais. No movimento inerente aos sentidos, também ocorre trabalho de estabilização (Ibid.: 13). O autor, por meio de seu gesto de interpretação, assume uma posição resultante de sua relação com o interdiscurso, e que deve ser compreendida em meio a redes discursivas que correspondam às possibilidades de interpretação de sua época. Ao filiar-se a um determinado sentido, o autor pode promover deslocamentos nestas redes. Pêcheux (1999: 55) nos lembra que a Análise de Discurso deve também dirigir seu olhar para gestos de designação, que incluem os procedimentos de montagem e as construções que ocorrem antes mesmo das significações.

Segundo Orlandi (1998), no movimento de interpretação que se manifesta diante de qualquer objeto simbólico, negam-se as condições em que ela se dá e as determinações de ordem linguística e histórica. Produz-se um efeito de evidência do sentido e de seu conteúdo que deve ser compreendido em relação ao interdiscurso. Porém, esses efeitos são ideológicos e sustentados sobre o sentido institucionalizado. Outra proposição da autora nos parece necessária para compreender os gestos de interpretação: devemos distinguir os que têm direito à interpretação daqueles que fazem o trabalho de sustentação dos dizeres estabilizados. Por essa razão, pode-se falar em uma divisão social dos gestos de interpretação, que são determinados e têm seus sentidos previstos, em um processo que também afeta a produção científica. Desse modo, constitui-se a autoria.

DISCURSOS SOBRE E NARRATIVIDADE

Mariani (1998: 60), ao analisar o discurso jornalístico, trabalha o conceito de *discurso sobre*. Essa categoria analítica, a nosso ver, também se aplica a outras práticas sociodiscursivas, como a produção científica, na qual os conceitos e as

definições são essenciais para delimitar os objetos sobre os quais se pode falar. Os discursos sobre podem ser considerados como modalidades que permitem ao sujeito enunciador distanciar-se do que é falado, tomando por objeto aquilo sobre o que se fala. O efeito de distanciamento permite a formulação de juízos de valor, opiniões e definições sob a aparência de que não há um envolvimento do sujeito com o objeto. Os discursos sobre são uma estratégia para institucionalizar sentidos a partir de lugares de autoridade responsáveis pela transmissão do conhecimento. Ao falar sobre determinado assunto, o sujeito estabelece uma relação com um campo de saberes reconhecido pelo interlocutor.

A partir dessa perspectiva, podemos compreender o discurso científico também como um tipo de discurso sobre, que busca conter o caos dos acontecimentos e estabelecer um mundo semanticamente normal (Pêcheux, 2002: 34). Os pesquisadores falam sobre um objeto que deve se tornar compreensível, num processo de exclusão de outros sentidos possíveis no domínio sobre o qual se fala. Ao estabelecer tais sentidos, forma-se uma rede de significados que se naturaliza nas práticas de análise e nas posições assumidas pelos pesquisadores de uma determinada área do saber. O conhecimento é produzido por meio de tomadas de posição (Ibid.: 57), por momentos de interpretação que deslocam os saberes reconfigurando formações discursivas que estão em relação no interdiscurso.

Nesse processo de institucionalização dos sentidos, cristaliza-se a memória sobre determinado assunto, a qual passa a integrar o imaginário social e a estabelecer um ponto de partida para pesquisas posteriores. Mais do que isso, formam-se narrativas que trazem os traços dessa memória estabelecida no campo científico. Muitas vezes, no campo das disputas ideológicas, essa narrativa revela seu lugar de produção de fala. Mariani (1998) explica que as narrativas, ao serem tomadas na sua dimensão simbólica, exigem interpretação e não se fecham em si mesmas. Seus limites podem ser redefinidos, e elas só se constituem de modo completo imaginariamente, na ação do narrador ou do leitor. Por isso, é necessário compreender como os relatos se produzem conforme a posição dos sujeitos. Devemos ainda lembrar que as narrativas são recortes na realidade, que apagam outras possibilidades narrativas e inserem-se em redes de sentido instáveis, porque estão sujeitas a falhas e equívocos (Pêcheux, 1997; Orlandi, 2002). Tomadas como práticas sociais, elas se discursivizam e produzem verdades. Os narradores são sujeitos históricos, atravessados por uma memória discursiva que compõe o imaginário social.

As organizações para a direção da leitura nem sempre são perceptíveis para o leitor, que em geral não se atém aos processos de filiação de sentidos, deslocamentos, realocamentos de memória, cujo o efeito é a ilusão de unidade e transparência da narrativa. No processo discursivo do qual a narrativa é parte,

mecanismos de poder distribuem os espaços de dizer possíveis e silenciam o que não pode e/ou não deve ser dito. Impede-se assim o deslizamento dos sentidos, institucionalizando-os. O narrador/autor é o sujeito que ocupa a posição de quem sabe que narrativa é permitida e pode ser transmitida. No entanto, pode haver não só repetição, mas reorganização, retorno e migração de enunciados que reconfiguram os dizeres e estabelecem outros sentidos, de acordo com alterações de posições enunciativas ou situações. Em suma, é possível perceber uma memória que faz retornar o mesmo processo de linguagem e história, como observamos na narrativa sobre comunicação, imprensa e jornalismo alternativo.

O ALTERNATIVO NA HISTÓRIA

Como expusemos anteriormente, Kucinski (1991) é o autor mais citado no que se refere à imprensa e à comunicação alternativa de modo geral. Sua obra, tratada como referência na área, encerra sentidos que merecem ser analisados. É necessário pensar sobre a função que certa imagem do passado exerce na composição do conceito de jornalismo alternativo e da narratividade dessa história. O autor, reconhecido por sua análise da imprensa alternativa que floresce no período da Ditadura Civil-Militar, estabelece uma interpretação que define os desdobramentos dessa imprensa na história recente. A análise de Kucinski se ancora na compreensão do surgimento de veículos de comunicação alternativa que faziam frente às limitações impostas pela censura e pelo governo ditatorial nos anos 1960 e 1970. A partir da observação do contexto brasileiro da época, Kucinski apresenta as condições de existência das práticas jornalísticas alternativas, aponta seus protagonistas e os arranjos entre eles e os leitores, e com a sociedade civil, partidos políticos e movimentos populares.

Devemos salientar que não há *fato* ou *evento* histórico que não faça sentido (Henry, 1994), e o que se faz necessária é a interpretação, num movimento que prevê retificações e deslocamentos nas redes discursivas. Autores como Le Goff (1992) e Certeau (1982) sustentam que o movimento de interpretação do passado é contínuo e que sempre são possíveis novas leituras. No processo de construção da história, estabelece-se o que pode ser compreendido e o que deve ser esquecido. Dessa forma, o historiador delimita um sentido, que é respaldado pelas instituições que regem as interpretações. São, portanto, permitidos alguns tipos de produção em detrimento de outros, em razão de aspectos conjunturais ou de problemáticas comuns.

Assim, ao falar de um lugar de pesquisador, Kucinski se autoriza a narrar um passado recente. Sua pesquisa se desenvolve ao longo dos anos que precedem a democratização do Brasil, em 1985, e faz um amplo retrospecto do

período anterior, do qual ele também foi protagonista. Sua interpretação sobre o período se estabiliza na pesquisa acadêmica posterior, definindo as balizas para a análise da imprensa alternativa contemporânea. Sua obra permite que, na divisão social do trabalho de interpretação (Orlandi, 1998), se reproduzam os parâmetros definidos pela imprensa alternativa nos anos 1960 e 1970 e sua função histórica e social, modificada com a redemocratização do país.

A imprensa alternativa, na visão de Kucinski (1991), é aquela que não tem ligações com as políticas hegemônicas. Conforme o autor, na história do Brasil distinguem-se três momentos de destaque para a imprensa alternativa. O primeiro deles, ainda no período regencial, foi marcado pela publicação de pasquins irreverentes e panfletários. Já em fins do século XIX e início do XX, jornais operários e anarquistas cumpriram papel importante de difusão de ideais contra-hegemônicos. O terceiro momento, estudado mais detidamente por Kucinski, marca o surgimento da imprensa alternativa em meio à Ditadura Civil-Militar (1964-1980).

Para o autor, a imprensa alternativa desse período é resultado do desejo das esquerdas de promover transformações sociais e da busca de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. A oposição ao sistema, representado pelo regime autoritário, e as limitações à produção intelectual e jornalística propiciaram a articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos em prol da redemocratização. Segundo Kucinski, essa imprensa alternativa desapareceu com o fim do imaginário que a sustentava e com a redemocratização. Mas o engajamento político que caracterizava as publicações alternativas foi canalizado para sindicatos e partidos políticos, duramente reprimidos durante o período ditatorial, e também para jornais de movimentos populares apoiados pela Igreja Católica e por entidades da sociedade civil. Dessa forma, passa-se do conceito de imprensa alternativa para o de comunicação alternativa, cuja finalidade é contribuir para o fortalecimento dos movimentos populares impulsionados pela redemocratização.

Na história narrada por Kucinski, podemos observar a imprensa alternativa como proposta de oposição política a um regime ditatorial, associada ao desejo de transformação social – marcadamente, a democratização. Outro aspecto a se destacar é a falta de relação dessa imprensa com grupos dominantes, situando a independência dos profissionais em torno dos quais se organizava a atividade jornalística. No entanto, o processo de democratização corresponderia ao declínio da imprensa alternativa e à perda da autonomia dos jornalistas, buscada nesta forma de imprensa. Some-se a isso o deslocamento posterior da produção alternativa para instituições como sindicatos e outras organizações sociais. Nessa interpretação, reforça-se a ideia de um período que se encerra, que produz

marcas culturais inegáveis, mas que se dilui diante de mudanças no contexto social e político. O adjetivo *alternativo* torna-se assim fortemente associado à imprensa produzida no período da Ditadura Civil-Militar. No entanto, como demonstra Casadei (2012), a imprensa alternativa surge concomitantemente à imprensa hegemônica na sociedade e constitui-se como esfera pública paralela para dar vazão à opinião de grupos diversos.

Cabe ainda, na linha interpretativa, discutir as semelhanças e dessemelhanças da imprensa alternativa dos anos 1960 e 1970 com aquela dos períodos de organização da luta operária e popular entre o final do século XIX e início do XX. Os enunciadores principais desse processo formador de bases operárias e populares são os próprios protagonistas das lutas: gráficos e operários de diferentes categorias profissionais. Essa imprensa operária que se colocava como alternativa clara de poder às classes dominantes produz seu lugar de fala por meio da ação militante revolucionária. Ferreira (1988) analisa a produção e a circulação dessa modalidade como aspecto da luta pela emancipação. Os jornais eram feitos pelos militantes operários; eles mesmos eram os jornalistas, gráficos e distribuidores de uma imprensa pensada, feita e consumida pela classe operária. Nesse quadrante histórico, o operário era o intelectual, operador e ativista de todo o processo. A imprensa operária era instrumento de agitação e organização política, com discurso de contraposição. Esse período foi, segundo Ferreira, suplantado pela imprensa partidária e sindical, num momento de maior institucionalização das formas de resistência ao capital.

Já nos anos 1960 e 1970, conforme destaca Kucinski (1991), os enunciadores da imprensa alternativa são profissionais do jornalismo que, alijados da grande imprensa por motivos de censura política, criam instrumentos jornalísticos que se propõem alternativos aos grandes jornais e revistas alinhados aos objetivos políticos da Ditadura Civil-Militar. São profissionais que tentam realizar um jornalismo democrático e de oposição, buscando alternativas para seu exercício profissional. Nesse período histórico, porém, concomitante a essa imprensa alternativa produzida por profissionais, não deixou de existir, mesmo clandestinamente, a imprensa alternativa operária e popular⁸, cujo papel continuou a ser o de propagar ideias revolucionárias.

EM DIREÇÃO AO POPULAR

Outra referência para os estudos de comunicação alternativa é Regina Festa (1986). Se em Kucinski (1991) o papel da imprensa alternativa é reconhecido como propulsor da criação de um imaginário de oposição à Ditadura Civil-Militar, a interpretação de Festa procura ampliar esta concepção. A autora se volta para

⁸ A imprensa alternativa operária e popular não é objeto de estudo dos trabalhos que serviram de base para esta pesquisa. Apenas um trabalho se dedica ao estudo do jornalismo sindical, inserindo-o no espectro da comunicação alternativa, o que nos leva a supor que faltam estudos recentes que relacionem a imprensa alternativa à comunicação operária, popular e sindical, nos moldes de Giannotti e Santiago (1997). Berger (1995) nos lembra que a imprensa operária e sindical foram os primeiros objetos de estudo de comunicação alternativa e popular no Brasil e, progressivamente, a atenção dos pesquisadores dirigiu-se para a imprensa alternativa do período da Ditadura Civil-Militar, a exemplo dos estudos de Kucinski (1991).

outras formas de comunicação alternativa, considerando-as como aquelas que se configuram como opção aos modelos hegemônicos, presentes igualmente na comunicação dos movimentos sociais. Ela também estabelece uma periodização da vida social brasileira. Entre 1968 e 1978, anos que delimitam o período do AI-5 e da abertura política, há uma comunicação de resistência, marcada pela denúncia por parte das oposições. De 1978 a 1982, com as eleições para o governo dos estados e com o abrandamento das restrições políticas, emergem as preocupações sociais e ocorre o declínio da imprensa dita alternativa, também abordado por Kucinski. Os anos de 1982 e 1983 correspondem a uma intensa crise econômica e social e à incapacidade das forças de oposição de articularem propostas para resolvê-las. Desse modo, a comunicação popular e alternativa, tomada em seu conjunto, volta-se mais a causas específicas.

Ao contrário de Kucinski, Festa afirma que a imprensa alternativa no período posterior à ditadura não desapareceu, mas apenas mudou de lugar social. Segundo a autora, os movimentos sociais, populares e comunitários mantêm o jornalismo alternativo, com um modelo de comunicação que tem como característica a colaboração com processos de mudança da realidade social.

Para corroborar os estudos de Festa, é preciso registrar que no período de redemocratização do Brasil, e também nos anos imediatamente posteriores, os jornais, boletins e folhetos sindicais somam 7 milhões de exemplares semanalmente no Brasil, sendo mais de 1 milhão em São Paulo (Giannotti; Santiago, 1997: 31-32). Essa imprensa, produzida por sindicalistas, jornalistas ou militantes sindicais, tem um discurso de denúncia das condições de vida e salário dos trabalhadores e comporta reivindicações e formas de luta contra a exploração. Nesse período, é relevante o movimento das rádios livres (rádios piratas, para o governo), que reivindicavam um espectro livre para suas transmissões, a maioria delas vinculadas a movimentos comunitários. Pode-se afirmar, assim, que o período de redemocratização do Brasil é rico pelas trocas de experiências entre jornalistas militantes, operários e sindicalistas. Os sindicatos passam por uma grande renovação, parte dela devida à profunda simbiose entre esses três perfis. A imprensa sindical, como ressaltam Giannotti e Santiago (1997), se beneficiará dessa experiência. O jornal sindical *Tribuna Metalúrgica*⁹, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, na Grande São Paulo, por exemplo, foi um dos protagonistas desse movimento renovador.

A comunicação alternativa, na visão de Grinberg (1987), que situa sua reflexão no contexto latino-americano, seria uma busca da sociedade civil por espaços de manifestação e expressão interditados. Nesse sentido, essa comunicação se configura como “antídoto frente ao monopólio da palavra por parte dos que usufruem do poder político e econômico” (Ibid.: 18). Para o autor, é

⁹ Em julho de 1971, o Sindicato lançou a *Tribuna Metalúrgica*. Nos primeiros anos, o jornal circulou uma vez por mês, com oito páginas. Em alguns períodos, foi semanal, e em outros não teve periodicidade definida. Durante algumas greves, circulou quase de forma clandestina. A *Tribuna Metalúrgica* foi publicada nesses moldes até 1986, quando se torna efetivamente um jornal diário.

prerrogativa da comunicação alternativa buscar romper com os monopólios discursivos presentes na sociedade e construir outros canais para expressar um discurso à margem da comunicação de massa. Na sua concepção, a comunicação não deve ser reduzida aos meios de comunicação. Esse conceito abarca os meios como instrumentos de poder. Outros aspectos destacados por Grinberg, como propriedade e controle, conteúdo, relação com o poder e o propósito de modificar a realidade devem ser considerados para caracterização das experiências de comunicação alternativa. Em suma, elas devem conter um questionamento do status quo (Ibid.: 24).

Notemos que Festa e Grinberg não analisam exclusivamente a imprensa e os jornalistas, que foram estudados extensivamente por Kucinski (1991). No contexto brasileiro, o olhar para o período ditatorial dos anos 1960 a 1980 se estabiliza como ponto de partida para as reflexões posteriores. No entanto, a dimensão dos aspectos sociais e populares se apresenta mais destacadamente como fio condutor para a compreensão dos movimentos sociais e da necessidade de transformações sociais que passam pela redemocratização, mas também pela superação de sérios problemas vividos pela sociedade brasileira.

ALTERNATIVO, POPULAR E COMUNITÁRIO

Outra importante referência nos estudos sobre jornalismo alternativo, popular e comunitário é Cicília Peruzzo (2009), que busca delimitar conceitos e avançar na compreensão da comunicação alternativa, em especial a partir das suas vertentes popular e comunitária, que se configuram como espaços de luta social e política num cenário de construção democrática. Nos trabalhos da autora, promove-se um deslocamento da abordagem relacionada à imprensa alternativa, que em sua visão cumpre um papel histórico e delimitado ao período da Ditadura Civil-Militar. Sua observação se direciona para outras formas de comunicação vinculadas às classes populares.

Sua proposta teórica sintetiza o alternativo e o popular, vinculando-os conceitualmente e na práxis social. Peruzzo desenvolve a tese de que a comunicação alternativa, a partir da sua manifestação no contexto do regime militar no Brasil, na última metade do século XX, confunde-se com a comunicação popular. A autora busca ainda responder a possíveis dúvidas quanto às delimitações rígidas entre comunicação popular, comunitária e alternativa.

Conceitualmente, reconhece Peruzzo, comunicação popular, alternativa, comunitária e/ou radical se confundem. Isso ocorre porque em muitos momentos da prática, os objetivos, os processos desenvolvidos e a estratégia são os mesmos ou, no mínimo, semelhantes. No percurso da democratização do país,

algumas dessas denominações foram se configurando com perfis mais específicos. O contexto histórico alterado, em que as bandeiras de luta se ampliam e não existe mais o caráter explícito de oposição política contra a ditadura, que unia as esquerdas, abre espaço para a redefinição da comunicação alternativa.

Na visão de Peruzzo, a comunicação alternativa é uma opção de expressão à grande mídia, seja ela comercial ou pública, de tendência conservadora. Para caracterizar essas iniciativas, deve-se considerar aspectos como a direção político-ideológica, estratégias de produção e ação. Em termos gerais, prevalece a ideia de que a comunicação alternativa é uma contracomunicação. No entanto, essa contracomunicação integra os movimentos populares com o propósito de transformação social. Além disso, a comunicação alternativa é livre, desvinculada de governos, empresas ou ideologias políticas conservadoras, representando o caráter contestador e de expressão de setores populares na luta pela superação de carências sociais e econômicas derivadas da desigualdade social.

As pesquisas de Peruzzo, apesar de reconhecerem a imprensa alternativa como possibilidade de comunicação, estabelecem duas vertentes de análise e denominações distintas: comunicação popular, alternativa e comunitária e imprensa alternativa. Para a autora, a imprensa alternativa reúne publicações de escopo variado, comprometidas com causas sociais, mas o vínculo direto com estas causas nem sempre é necessário. Nesse grupo, podem ser incluídas manifestações diversas de ordem político-partidária e sindical e jornais com abordagens diferenciadas em relação à grande mídia comercial. Essa classificação ainda pode incluir categorias como jornalismo de base popular, alternativo, colaborativo e autônomo. Notemos que o jornalismo alternativo pode não estar diretamente relacionado às causas, cumprindo um papel instrumental. Assim define Peruzzo (2009:136) a corrente imprensa alternativa, na qual os sentidos entre jornalismo e imprensa alternativa se associam:

A corrente imprensa alternativa engloba o jornalismo alternativo praticado no contexto dos movimentos populares, em conformidade ao que nos referimos no item precedente; a imprensa “popular” (Festa, 1986) ligada a organismos comprometidos com as causas sociais, mas com publicações de porte mais bem elaborado e com tiragens maiores; a imprensa político-partidária; a imprensa sindical combativa e o jornal alternativo (Chinem, 1995; Kucinski, 1991; Intervezes, 2006; Festa, 1986) propriamente dito, caracterizado como de informação geral, à semelhança dos diários, semanários ou mensários, porém com abordagem crítica.

A comunicação popular alternativa e comunitária, conforme Peruzzo (2009: 140), divide-se em comunicação popular e comunitária, produzida pela

própria comunidade ou movimento social, e comunicação popular alternativa, em que os processos comunicacionais não são de responsabilidade exclusiva das comunidades ou movimentos sociais. Percebe-se que, para Peruzzo (2013), o termo imprensa alternativa é tributário do período da Ditadura Civil-Militar e se recria nas últimas décadas, dada a expansão tecnológica da internet. Altera-se, porém, o caráter combativo dessas publicações em relação ao modelo político-econômico, mas elas continuam se definindo como independentes de governos por terem atuação diferenciada em relação à grande mídia comercial. Sua adesão ideológica se contrapõe, portanto, aos interesses de classes dominantes, buscando a liberdade de expressão e o estímulo ao debate público.

MÍDIA RADICAL ALTERNATIVA

O conceito de mídia alternativa radical refere-se diretamente ao trabalho do pesquisador John Downing (2002). Esse conceito, apesar de apresentar afinidades com o que historicamente tem sido trabalhado pelos autores brasileiros, desprende-se da análise contextual e histórica feita por eles. A concepção de Downing é bastante ampla e abrange suportes comunicacionais variados, como rádios livres, fanzines, tevês comunitárias, *websites*, ou manifestações culturais que incluem o grafite, o teatro de rua, filmes. Na visão do autor, o que as define é seu caráter *contra-hegemônico*, termo desenvolvido a partir dos estudos de Gramsci (2002).

No amplo espectro estabelecido por Downing, podem ser incluídas mídias elaboradas por grupos étnicos, comunitários e religiosos, em propostas de ativismo que visam romper com uma hegemonia estabelecida. Afora essas características, as mídias radicais alternativas dispõem de poucos recursos materiais e se difundem em pequena escala. Seus objetivos são dar visibilidade a demandas sociais de setores sociais oprimidos e obter apoio para construir redes contrárias a políticas públicas dominantes. Sua formulação depende da distinção entre culturas populares, cultura de massa e culturas de oposição. Para Downing (2002), as culturas de massa e populares se entrelaçam, e no seu interior podem surgir culturas de oposição a partir da interpretação de uma audiência ativa, capaz de reelaborar mensagens que circulam socialmente, sobretudo as da mídia convencional. Não se pode perder de vista, como explicita o autor, que as culturas populares nem sempre são lugares de valores autênticos e eticamente aceitáveis.

Na conceituação de Downing, é importante compreender que as mídias radicais se relacionam a uma cultura de resistência. Ou seja, a comunicação popular e alternativa exerce um papel de *intelectual coletivo*, na medida em que

apresenta outras formas de explicar os fatos da sociedade capitalista às classes subalternas, convocando-as a agir pela emancipação. Nessa perspectiva, é razoável reconhecer que as formas de organização social são essenciais para se opor à hegemonia ideológica do capital. Daí a necessidade de vincular o conceito de mídia radical a perspectivas libertárias, tais como as que foram desenvolvidas em vertentes anarquistas e socialistas. Em resumo, a resistência deve se processar ante as múltiplas formas de opressão, mas requer um diálogo social amplo.

Esta vertente dialoga com a comunicação alternativa produzida no Brasil pelos movimentos sociais de contraposição ao capital, à concentração da terra e à exploração do trabalho assalariado. São movimentos e partidos cujos programas apresentam alternativas ao status quo e que propõem um novo tipo de organização política e societária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento a que nos propusemos inicialmente serviu-nos para identificar conceitos e autores de modo a recuperar a narratividade estabelecida para análise do jornalismo e da comunicação alternativa. O estudo dos conceitos formulados nas obras de autores como Kucinski, Festa, Grinberg, Peruzzo e Downing, os mais citados nos trabalhos analisados, nos levou a estabelecer tomadas de posição definidoras para os pesquisadores que se debruçam sobre essa questão. Exceto Downing, os demais autores desenvolvem seu trabalho no contexto latino-americano. Percebe-se, entre os autores brasileiros, fortes relações com a história recente do país, a expansão das comunicações e o contexto político, social e econômico em que a comunicação alternativa se desdobra.

As pesquisas de Kucinski, de Festa e da fase inicial de Peruzzo definem como marco o período da Ditadura Civil-Militar, entre 1964 e 1985, época em que a pesquisa na área de comunicação e na subárea de comunicação alternativa ganha impulso. Os objetos definidos por esses autores se relacionam à história recente, interpretada por eles. Busca-se assim definir a comunicação alternativa a partir desta experiência histórica. A centralidade da imprensa alternativa é assumida e, especialmente no trabalho de Kucinski, é definidora. De modo geral, os autores relacionam a crise do modelo de produção jornalística alternativa ao fim da ditadura. A continuidade desse imaginário, ou mesmo práticas posteriores no âmbito da imprensa alternativa, é pouco explorada. E emerge o interesse por uma comunicação alternativa, de escopo mais amplo, relacionada à comunicação popular.

Esse deslocamento para a comunicação popular é tratado já na obra de Kucinski, mas ganha substância principalmente nos trabalhos de Festa e de

Peruzzo, que aprofunda a visão sobre a comunicação alternativa, estabelecendo categorias que variam conforme o desdobramento dos movimentos sociais e da própria tecnologia. Mais recentemente, retoma-se na obra de Peruzzo (2013) o interesse pela imprensa alternativa na reconfiguração propiciada pela internet e pelas mídias radicais, uma espécie de ressurgimento da imprensa alternativa em outra matriz técnica e outra confluência histórica.

O discurso desses autores é alimentado pela perspectiva de compreender a comunicação para além dos meios e pela integração a propostas políticas de transformação social. No caso brasileiro, vincula-se a questões relacionadas à desigualdade e às lutas para a criação de uma sociedade mais democrática e justa. Admite-se assim, como base desta rede conceitual e discursiva, que a comunicação alternativa é por definição contra-hegemônica e aliada a uma perspectiva mais ampla e para além das mídias. Este campo de sentidos reafirma a tradição das lutas sociais no Brasil, cujos protagonistas – anarquistas, anarco-sindicalistas, comunistas, socialistas, feministas, esquerda católica, sindicalistas economicistas e classistas – pautam seus discursos nessa mesma corrente interdiscursiva.

Em que pesem as diferenças de contexto de pesquisa, o trabalho de Downing se integra à rede discursiva estabelecida no campo brasileiro, mesmo se despreendendo de análises contextuais e históricas que marcam a pesquisa no país. O caráter de resistência e de luta social preconizado pelo autor se coaduna com a perspectiva brasileira e latino-americana, reforçando-a e ampliando-a para outros domínios de manifestação cultural. A pesquisa brasileira sobre comunicação alternativa se relaciona a uma formação ideológica e discursiva em oposição a perspectivas que compreendam a comunicação fora de seu contexto social ou eminentemente técnico. Sua ancoragem nas práticas sociais permite a construção de um discurso igualmente contra-hegemônico, em que os pontos de vista para observação consideram a mídia hegemônica como parâmetro para uma oposição a ser levada a cabo por uma audiência ativa, tal como na proposta de Downing. A permanência desse discurso ressoa na pesquisa contemporânea, como demonstram os trabalhos de Oliveira (2011, 2012), Haubrich (2016) e Fiorucci (2009), autor que ao analisar o que denomina nova imprensa alternativa retoma a vinculação desses veículos com as formações ideológicas de esquerda na contestação ao neoliberalismo e à globalização e como contraponto às práticas comerciais da mídia tradicional e hegemônica. ■

REFERÊNCIAS

BERCHE, F. C. Definição. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 145-146.

- BERGER, C. A pesquisa em comunicação popular e alternativa. In: PERUZZO, C. M. K. (Org.). *Comunicação e culturas populares*. São Paulo: Intercom, 1995.
- CASADEI, E. Experiências históricas do jornalismo alternativo. In: OLIVEIRA, D.; MALULY, L. V. B. I Curso de Difusão Cultural em Jornalismo Popular e Alternativo. *Alterjor*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 18-20, 7 set. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2DsLTzs>>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, R. *O que é um autor?: revisão de uma genealogia*. São Carlos: Edufscar, 2012.
- CHINEM, R. *Imprensa alternativa*. São Paulo: Ática, 1995.
- DOWNING, J. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Senac, 2002.
- FERREIRA, M. N. *A imprensa operária no Brasil 1890-1920*. São Paulo: Atica, 1988.
- FESTA, R. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, R.; LINS, C. E. *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 9-30.
- FINATTO, M. J. A definição de termos técnico-científicos no âmbito dos estudos de terminologia. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 197-222, jun. 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.11.1.197-222>
- FIORUCCI, R. *A revista Caros Amigos (1997-2006) e os governos FHC e Lula: nova imprensa alternativa, política e publicidade*. 2009. 249 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.
- GIANNOTTI, V; SANTIAGO, C. *Comunicação sindical. A arte de falar para milhões*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.
- GRINBERG, M. S. Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades. In: _____ (Org.). *A comunicação alternativa na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 18-30.
- HAUBRICH, A. *Mídias alternativas em Porto Alegre: processos comunicativos, midiaticização digital e cidadania na perspectiva de seus comunicadores*. 2016. 209 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Unisinos, São Leopoldo, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2JHt6R6>>. Acesso em 16 ago. 2018.
- HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Pontes; Unicamp, 1994. p. 29-53.

- INTERVOZES. *Vozes da democracia: história da comunicação na redemocratização do Brasil*. São Paulo: Intervozes; Imprensa Oficial, 2006.
- KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991.
- LE GOFF, J. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1997.
- MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.
- OLIVEIRA, D. O jornalismo alternativo na contemporaneidade. In: OLIVEIRA, D.; MALULY, L. V. B. I Curso de Difusão Cultural em Jornalismo Popular e Alternativo. *Alterjor*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 5-9, 7 set. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2DsLTzs>>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- _____. Jornalismo alternativo: um potencial para a radicalização da democracia. *Signo y Pensamiento*, Bogotá, v. 30, n. 58, p. 52-63, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2D6BkAY>>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. *A interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OTRE, M. A. C. *A pesquisa acadêmica sobre comunicação popular, alternativa, comunitária: análise de dissertações e teses produzidas em programas de pós-graduação em comunicação entre 1972-2012*. 2015. 263 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2REpWjY>>. Acesso em: 15 dez. 2016.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- PERUZZO, C. K. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Galáxia*, São Paulo, n. 17, p. 131-146, set. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2F7ckw7>>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- _____. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou” (?). *Matrizes*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 73-93, 2013. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v7i2p73-93>

SANTOS, P. L. O. Imprensa alternativa: discutindo o conceito. *Alterjor*, São Paulo, v. 2, n. 8, p. 81-100, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2DpbPMl>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Artigo recebido em 15 de novembro de 2017 e aprovado em 24 de setembro de 2018.